

Las paradojas de la protección y la vigilância seguimiento del movimiento de personas

The paradoxes of protection and surveillance tracking the movement of people

Os paradoxos da proteção e da vigilância no rastreamento da circulação de pessoas

**Razón
y Palabra**

e-ISSN: 1605-4806

VOL 25 N° 114 mayo - agosto 2022 Monográfico pp. 65 - 79

Recibido 28-06-2022 Aprobado 30-08-2022

Mágda Cunha

Brasil

PUCRS

mrcunha@pucrs.br

Resumen

La crisis sanitaria, vivida en la pandemia de la Covid-19, sacó a la luz algunas paradojas evidenciadas por las posibilidades, que ofrecen las empresas tecnológicas, de rastrear el movimiento de las personas por las ciudades. Para advertir de forma anónima sobre el contacto con personas infectadas, dos empresas de la industria de la tecnología de la información, Google y Apple, ahora controlan el 100% del mercado de sistemas operativos para teléfonos inteligentes. Con medidas en común, ambos alcanzaron la totalidad de dispositivos activos en el mundo. Tal evidencia trae desafíos y tensiones analizadas en este artículo, que recupera conceptos clásicos sobre el tema y los relaciona con discusiones que involucran la disponibilidad de información por parte de los usuarios, la transformación de sujetos en ítems en bases de datos, la dimensión social de los algoritmos y la inclusión-exclusión, binomios gratificación-sanción, en procesos de desterritorialización de los individuos en las ciudades latinoamericanas.

Palabras clave: protección; vigilancia; seguimiento; tecnología

Abstract

The health crisis, experienced in the Covid-19 pandemic, brought to light some paradoxes evidenced by the possibilities, offered by technology companies, of tracking the movement of individuals through cities. To anonymously warn about contact with infected people, two companies in the information technology industry, Google and Apple, now hold 100% of the smartphone operating system market. With measures in common, both reached the totality of active devices in the world. Such evidence brings challenges and tensions analyzed in this article, which recovers classic concepts on the subject and relates them to discussions that involve the availability of information by users, the transformation of subjects into items in databases, the social dimension of algorithms and inclusion-exclusion, gratification-sanction binomials, in processes in which individuals experience deterritorialization in Latin American cities.

Keywords: protection; surveillance; tracking; technology

Resumo

A crise sanitária, vivida na pandemia da Covid-19, trouxe à tona alguns paradoxos evidenciados pelas possibilidades, oferecidas por empresas de tecnologia, de rastreamento da circulação dos indivíduos pelas cidades. Com o objetivo de alertar anonimamente sobre o contato com pessoas infectadas, duas empresas da indústria da tecnologia da informação, Google e Apple, passaram a deter 100% do mercado de sistemas operacionais de *smartphones*. Com medidas em comum, ambas alcançaram a totalidade dos aparelhos ativos no mundo. Tal evidência traz desafios e tensões analisadas neste artigo, que recupera conceitos clássicos sobre o tema e relaciona-os a discussões que envolvem a disponibilização das informações por parte dos usuários, a transformação dos sujeitos em itens nos bancos de dados, a dimensão social dos algoritmos e binômios inclusão-exclusão, gratificação-sanção, em processos nos quais os indivíduos vivem a desterritorialização nas cidades latino-americanas.

Palabras chave: proteção; vigilância; rastreamento; tecnologia

As fronteiras no contexto de informação em tempos extremos, como uma pandemia, são sutis quando analisadas sob a perspectiva da proteção ou da vigilância. Na mesma medida, apresentam-se com paradoxos que começam na demanda por acompanhar o movimento dos sujeitos pelos lugares e chegam em uma revelação de dados em larga escala. E este é um dos desafios que se apresentam às investigações em comunicação na fase em que um pós-pandemia pelo vírus Sars-Cov-2 se desenha no horizonte. Como problema, nesta reflexão, observa-se a inovação oferecida pela indústria das comunicações, com a possibilidade de rastrear a movimentação das pessoas pelas ruas. Mas a

talvez festejada inovação é a mesma que, certamente, oferece a possibilidade de rastreamento da circulação em qualquer circunstância. E, a exemplo das tecnologias desenvolvidas para as guerras, acaba por se incorporar ao cotidiano dos indivíduos, expostos e ao mesmo tempo contribuindo com um ecossistema que se desenha na relação da mídia e da vida urbana. São estes mesmos sujeitos que, cada vez mais, oferecem seus dados e reconhecem nisso uma vantagem.

É neste jogo paradoxal, no ambiente retroalimentado pelos próprios sujeitos em conexão, que este texto pretende tensionar a relação estabelecida com as possibilidades de rastreamento e vigilância oferecidas como inovadoras pelas empresas Google e Apple. O sentido e a percepção deste acompanhamento são diferentes, conforme a cultura e a sociedade onde ocorre. Na América Latina, esta relação tem um sentido específico que dialoga com as tradições e a história política. Somam-se a isso, as condições da vida urbana, desterritorialização, a explosão desordenada das periferias e o sentido de território compensado pela mídia. O objetivo é descrever situações em que a indústria da tecnologia propõe, durante a crise sanitária, vivida especialmente em 2020, soluções para rastreamento da circulação nas cidades. A análise busca recuperar teorias clássicas sobre vigilância, e que se fazem relevantes neste contexto, e relacioná-las às discussões sobre as transformações tecnológicas e o abastecimento permanente de dados por partes dos usuários. Entende-se que, em avanço ao pensamento de Foucault (2014) sobre o tema, as estratégias se atualizam e se desenvolvem, trazendo para o presente as marcas construídas em torno do conceito de panóptico ou do bom adestramento. O tensionamento aqui proposto considera que as propostas inovadoras carregam consigo paradoxos que devem ter em conta as diferenças sociais, as transformações do espaço urbano, mas especialmente a dimensão social dos algoritmos que, programados para vigiar, servem-se dos mesmos dados para múltiplas finalidades. Especificamente na América Latina, esta entrega de dados pelos usuários ao ambiente no qual existem digitalmente, é uma resposta a uma proteção percebida, levando em conta a decepção com os mecanismos formais de exercício da cidadania.

Todos vigiam e são vigiados

O primeiro olhar nos leva à descrição do ambiente que, na perspectiva desta reflexão, vai gradativamente tomando forma com o desenvolvimento e apropriação tecnológica. Torna-se cada vez mais difícil apontar o que chega primeiro e quem desenha o traço inicial. O ecossistema de mídia, no qual a sociedade hoje acontece pode estar na existência de uma vida na mídia (Deuze, 2012) ou na dificuldade de localizar aspectos da vida social e individual que não sejam mediados (Scolari, 2020). O desenvolvimento desse complexo ecossistema, do qual fazem parte as redes sociais na internet e a narração de si, com ampla oferta de dados, constrói uma rotina de retroalimentação de informações. Muitos abastecem, vigiam e tornam a abastecer.

A crise sanitária desencadeada pela pandemia da Covid-19 encontrou uma sociedade acoplada, em diferentes dimensões, com as narrativas pessoais permanentes, ofertas de dados para consumo de mercadorias e observação do outro. A relação com as tecnologias móveis, a definição de hierarquias na tela do smartphone já não representavam novidade. A narração e vigilância ubíquas já eram realidade social, mesmo com diferenças entre países, culturais e condições sociais.

No cenário em que a mobilidade da informação é representada fundamentalmente pelo smartphone. O aparelho se caracteriza um agente de transformação profunda na forma de sermos informados e informarmos outros indivíduos em um contínuo fluxo de dados cotidianos. Os aparatos de comunicação móvel trocam bits, não só pela forma de linguagens mais próximas do usuário, com áudio, vídeo, imagens ou texto, como também através de diversos sensores de localização, movimento corporal ou proximidade entre aparelhos. Tais características, aliadas ao fato de as pessoas portarem seus smartphones de maneira permanente, transforma a dualidade aparato/indivíduo em algo indissociável. As métricas de movimentação dos smartphones, por exemplo, são os dados de deslocamento do indivíduo que o leva consigo.

Ao observarmos o macro cenário operacional da indústria da tecnologia da informação percebemos que somente duas empresas, Google e Apple, detêm 100% do mercado de sistemas operacionais de smartphones. Ao propor medidas em comum, ambas alcançam a totalidade dos aparelhos ativos no globo.

A primeira iniciativa¹ das duas empresas foi criar uma API² para que indivíduos infectados com COVID-19 alertassem anonimamente outras pessoas em volta que estiveram em exposição. O sistema foi incorporado no Android (Google) e iOS (Apple) e os governos poderiam usar esta API nos seus aplicativos oficiais.

Outra ação em conjunto das duas empresas foi pela primeira vez tornar públicos relatórios de tendências de mobilidade³. Estes dados são obtidos dos sensores de GPS dos aparelhos smartphones e transmitidos para Apple e Google. Já havia ideia de que as duas empresas capturavam este tipo de informação, mas não era transparente a extensão do detalhamento. Os relatórios foram disponibilizados de maneira pública com as informações compiladas de indivíduos de forma anônima. Muitos dos usuários provavelmente desconhecem tal possibilidade de transmissão dos seus hábitos de deslocamento cotidiano. Os dados detalhavam tendências de movimentação das pessoas de diversas regiões do planeta e foram cruzados com espaços que os usuários determinavam como casa ou trabalho. Logo foi possível criar uma tendência de atividade profissional em Home Office, por exemplo. Os relatórios ainda mostravam as tendências de crescimento ou redução de deslocamento em lugares públicos.

1 <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/apple-lanca-nova-versao-do-ios-com-alerta-de-exposicao-para-covid-19/> e <https://tecnoblog.net/especiais/como-funciona-a-tecnologia-feita-por-apple-e-google-para-monitorar-covid-19/>

2 API Application Programming Interface é um dispositivo de programação usado para a comunicação entre sistemas.

3 <https://covid19.apple.com/mobility> <https://www.google.com/covid19/mobility/>

Desse modo, governos tiveram um mapeamento constante do grau de isolamento da população. O resultado e a percepção do uso de dados têm um acordo tácito de bem-estar social. Mas o quão transparente é o uso desta informação para outros fins é a pergunta que desafia os paradoxos no desenvolvimento da relação inovação tecnológica e vigilância.

A revelação de dados a respeito dos indivíduos, nas várias frentes proporcionadas pela internet, pode ser considerada parte da evolução deste ecossistema onde estão presentes tecnologias, comunicação e os sujeitos. A isto somam-se conceitos clássicos em torno da sociedade da vigilância ou o nascimento da prisão. Outra variável é a sofisticação do ecossistema de mídia que amplia e desenha métodos de vigilância do qual muitos participam e entregam seus dados. No momento em que é cada vez mais difícil localizar aspectos não mediados da vida cotidiana, também deve-se reconhecer que portar um smartphone transformou-se quase em obrigação. Há a dimensão da oferta da indústria, mas também aquela que mais interessa aqui, a social. É neste ponto que as fronteiras se tornam turvas, uma vez que em todo o processo ocorre uma apropriação e um aprendizado, que em certa medida banaliza as operações cotidianas.

Foucault (2014) discute o que define como bom adestramento. O poder disciplinar em vez de se apropriar ou retirar, tem como função maior adestrar ou adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault, 2014, p. 167). Este exame combina técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza.

Ao abordar a vigilância hierárquica, Foucault (2014) descreve os dispositivos que obrigam pelo jogo do olhar, aparelho onde as técnicas que permitem ver induzem a efeitos de poder. Na sequência de dispositivos, o autor lista a tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas. Cita ainda pequenas técnicas de vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos. Foucault (2014) vai analisar também a sanção normalizadora e a punição que nesta reflexão interessam quando o autor destaca o elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. Este jogo reúne a qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de valores opostos do bem e do mal. Em uma situação de crise sanitária, uma sociedade já acostumada a compartilhar seus dados, vendo nisto um benefício, oferecer ainda mais informações, é quase uma forma de pedir proteção e que alguém o vigie.

O que liga gratificação e sanção também pode ser analisado, sob a perspectiva proposta por Logan (2019) que rediscute o conceito McLuhaniano de extensões. O autor aponta que há uma virada ou reversão em benefício daqueles que controlam esses meios, na qual os usuários humanos da mídia digital se tornam uma extensão dessas mídias à medida que seus dados são coletados e usados. Com a mídia digital, não são apenas extensões de mídia de seus usuários humanos, como postulado por McLuhan. As implicações dessa perda de privacidade, à medida que nos tornamos itens em bancos de

dados, são exploradas e o *feedback* dos usuários das mídias digitais torna-se o *feedforward* dessas mídias.

Vamos explicar o sentido em que acreditamos que os usuários se tornam extensões de suas mídias digitais. Além do hardware e software de que são compostos os sistemas de mídia digital, eles também são compostos pelos dados que estão armazenados neles (ou seja, o Big Data que fica na nuvem). A maioria desses dados ou informações vem diretamente dos usuários do sistema, pois cada toque de tecla e escolha que eles fazem é uma informação que é alimentada nesse sistema de Big Data. (Logan, 2019, p. 304) ⁴

Os dados associados às reações são adaptados, sem que eles saibam, capturados e literalmente se tornam uma extensão daquele sistema de informação com o qual os usuários estão interagindo. Logan (2019) reforça que os usuários de um sistema de informação digital literalmente se tornam uma extensão dessa tecnologia (ou seja, de fato, o conteúdo do meio com o qual estão interagindo). A mídia digital, sendo uma extensão de nós e ao mesmo tempo nos tornando uma extensão de nossa mídia digital, é um ciclo de retroalimentação cibernética no qual ficamos presos e à mercê dos criadores e controladores dos sistemas de informação digital com os quais interagimos.

O autor considera problemática a relação estabelecida especialmente com os monopólios criados na mídia digital como Google, Facebook, Instagram, Amazon, Yahoo, Twitter, Apple e Microsoft. Defende que quando nossas tecnologias eram apenas extensões de nós, aumentavam nossas capacidades e estávamos no comando, no sentido de que elas faziam nossas ordens como seus servomecanismos. As ferramentas, sem dúvida, nos afetavam, mas não foram usadas por outros para nos controlar. Esse não é mais o caso da mídia digital porque aqueles que controlam os sistemas de informação digital podem usar os dados que digitamos em seus sistemas para nos manipular (Logan, 2019).

O constante jogo da gratificação-sanção

Barrichello & Moreira (2015) analisam a aplicação da vigilância de Foucault na sociedade contemporânea e apontam que vigiar permite a produção de conhecimento sobre aqueles que são vigiados o que é fundamental para o exercício do poder. As autoras descrevem as características apresentadas por Foucault sobre vigilância e localizam as relações com a apropriação das tecnologias. Muitas são as formas e momentos de vigilância e inúmeros são os registros feitos a respeito dos comportamentos. Destaca-se, na discussão proposta por Barrichello & Moreira (2015), a necessidade de estabelecer um método de registro do comportamento, que permita a análise e uso efetivo das informações. Observamos aqui a conexão com o pensamento de Logan (2019), quando o autor descreve a ampliação e atualização do conceito de extensões, proposto por

4 Tradução nossa para "Let us explain the sense in which we believe that users become the extensions of their digital media. In addition to the hardware and software of which digital media systems are composed, they are also composed of the data that is stored within them (i.e., the Big Data that sits in the Cloud). Most of that data or information comes directly from the users of the system, as every key stroke and choice they make is information that is fed into that Big Data system."

McLuhan ainda em um cenário de mídia analógica. Apoiadas em Foucault, Barrichello & Moreira (2015) indicam a construção de uma hierarquização entre os indivíduos, o que permite definir quem vigia quem, como e quando, de tal forma que poucos podem vigiar muitos.

Nesse aspecto da teoria de Foucault, o grau de complexidade desta vigilância se desenha como um dos desafios das investigações em comunicação. Isto porque com o abastecimento permanente e a transformação dos sujeitos em dados (Logan, 2019) as hierarquias, como se conhecia até as discussões concretas sobre os algoritmos, também se confundem no ambiente. Barrichello & Moreira (2015) abordam as técnicas de vigilância que permitem o exercício de um poder que articula o domínio sobre o corpo sem o uso da violência, para adestrar comportamentos. Reconhecem a existência de uma engenharia da vigilância em múltiplas estruturas. E este é um dos pontos relevantes quando abordamos a conexão com o legado que será deixado pela pandemia da Covid-19. A questão é o quanto os sujeitos aprenderam e incorporaram movimentos de comunicação e informação que acabarão por transformarem-se em heranças da fase pandêmica. O quanto será possível perceber comportamentos adestrados ou tendências reveladas pela vigilância, em um ecossistema de mídia, é um questionamento fundamental no horizonte das investigações. Além disso, na confiança da proteção, ainda mais dados foram oferecidos.

No fim do século XVII, quando se declarava a peste numa cidade, algumas medidas se faziam necessárias e são citadas por Foucault (2014) na construção sobre o panoptismo. O policiamento espacial era estrito, com o fechamento da cidade e a proibição de sair, sob pena de morte e cada rua colocada sob a autoridade de um síndico que fechava por fora a porta de cada casa. As provisões de cada família eram organizadas com estratégias diversas e se fosse absolutamente necessário sair, isto ocorreria por turnos, evitando qualquer encontro. “Cada qual se prende a seu lugar. E, caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição”. (Foucault, 2014, p. 190)

O exílio do leproso e a prisão da peste, reflete Foucault (2014), não trazem consigo o mesmo sonho político, pois um é o de uma comunidade pura e o outro o de uma sociedade disciplinar. A cidade “pestilenta” é atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação. Trata-se de uma cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais. É a utopia da cidade perfeitamente governada e a peste, como avalia o autor, é a prova durante a qual se pode definir idealmente o exercício do poder disciplinar.

Na raiz da discussão de Foucault (2014) está também a questão da exclusão, como o próprio autor afirma sobre a aproximação dos diferentes esquemas, no século XIX, tendo o leproso como habitante excluído e simbólico. Há ainda os processos de individualização, para marcar exclusões, regularmente realizados pelo poder disciplinar. Neste caso estão o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, entre outros.

Foucault (2014) chega ao panóptico de Bentham como figura arquitetural dessa composição: na periferia uma construção em anel, no centro uma torre. “A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas.” (Foucault, 2014, p. 195) O efeito mais importante do Panóptico é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se descontínua em sua ação.

Na linha de que uma vigilância não percebida proporciona mais autenticidade ao conteúdo informacional, relacionamos ao pensamento de Scolari (2018) para quem a interface é um lugar de interação. Indica que a melhor é aquela que facilita a conversação, a que desaparece e permite foco na atividade central do usuário. As conversações são constantes entre desenhista e usuário, numa perspectiva semiótica na qual o leitor dá sentido ao texto. “A interface é a mediadora de um intercâmbio que funciona de maneira muito similar à relação entre autor-texto-leitor” (Scolari, 2018, p.226). Neste sentido, a criação da API para que indivíduos infectados com Covid-19 alertassem anonimamente outras pessoas em volta que estiveram em exposição, tornou-se uma interface fácil e antes de mais nada com oferta de gratificação. Ao mesmo tempo, a possibilidade de o sistema ser incorporado no Android (Google) e iOS (Apple) e os governos poderem usar a API em seus aplicativos oficiais, mostra uma interface transparente e que, simultaneamente, exerce poder disciplinador organizado, em sanção disciplinadora. É na consciência da vigilância que se estabelece também a hierarquia, onde empresas e governos vigiam.

Vigilância no ciberespaço e a relação com os algoritmos

Bruno (2006) aponta que o monitoramento de ações e comunicações no ciberespaço é convertido em informações para composição de bancos de dados e perfis computacionais. Desta forma, antecipam preferências, tendências, escolhas, traços psíquicos ou comportamentais de indivíduos ou grupos. Da mesma forma que reconhecemos a vigilância proposta por empresas na pandemia da Covid-19, como uma etapa de ampliação e desenvolvimento dos sistemas de vigilância, Bruno (2006) destaca a enorme ampliação das capacidades de coleta, registro e processamento de informações sobre indivíduos, no que muitos autores descrevem como uma espécie de superpanóptico. Tal sistema não mais se restringe aos espaços fechados das instituições, se estende sobre dimensões alargadas do espaço físico quanto sobre o ciberespaço.

A autora compara os sistemas informacionais com os sistemas disciplinares e panópticos e observa transformações nas técnicas e procedimentos adotados, nos jogos de poder e de saber, nos efeitos sobre a subjetividade e a identidade, priorizando a análise das transformações que integram os atuais dispositivos de vigilância.

Se a modernidade inventou o seu “aparelho de escrita”, próprio das engrenagens da disciplina, aparelho essencial para a constituição do indivíduo moderno e de sua identidade, qual é o aparelho ou dispositivo constituído pelas novas tecnologias de informação e de comunicação? Qual é a sua gramática e quais são seus efeitos sobre os indivíduos e suas identidades? (Bruno, 2006, p. 154)

Bruno (2006) salienta que o dispositivo de vigilância digital tem três elementos centrais: a informação, os bancos de dados e os perfis computacionais, numa economia do poder na vigilância digital que parece prescindir da presença visível do observador e do observado. A vigilância, ocorre, na maior parte das vezes, sobre informações e não sobre pessoas. Os bancos de dados não têm apenas função de arquivo, mas conjugam registro, classificação, predição e intervenção. “Com o uso de algoritmos e programas de composição de perfis, os bancos de dados pretendem conter tanto o saber quanto o controle sobre o passado, o presente e o futuro dos indivíduos”. (Bruno, 2006, p.155) A autor soma, a este processo, as ambiguidades que envolvem a proliferação dos dispositivos de visibilidade e vigilância na cultura, onde os desejos do ver e do ser visto, do voyeurismo e do exibicionismo se misturam. E aqui, neste ponto da reflexão de Bruno (2006), pode-se somar as questões que envolvem gratificação e sanção, mas também demanda por proteção, visibilidade e oferta de dados a um amplo ecossistema que vai fazendo as suas classificações.

Quando o tema chega aos algoritmos, Bucher (2018a) propõe a observação sob a perspectiva relacional e aponta para uma investigação do movimento. Um algoritmo ou sistema de aprendizado de máquina é, por definição, não uma “coisa”, é sempre um devir. Ao considerar útil a noção de devir, Bucher (2018a) entende que se trata de um ponto metodológico, seja qual for o objeto a ser estudado.

Então, não estamos fazendo afirmações sobre o algoritmo do Facebook ou o algoritmo do YouTube porque, seja para o que for que estivermos olhando, será uma atualização de diferentes tipos de relações que se juntam ali para então moldar essa realidade. (Bucher, 2018a, p.167)

Os algoritmos surgem como uma espécie de imaginário social e cultural e estão aparentemente em toda parte (Bucher, 2018b). Estão produzindo resultados calculados, como objetos de notícias, trabalhos acadêmicos e conferências, bem como foco de polêmicas públicas, discurso popular, produção cultural e encontros afetivos. Enquanto os algoritmos são orientados para nós, nós também estamos cada vez mais orientados para os algoritmos que não estão apenas deixando sua marca na cultura e na sociedade, mas tornaram-se cultura.

Bucher (2018b) acrescenta que, embora engenheiros e cientistas da computação estejam em posição privilegiada para falar sobre o termo “algoritmo”, observar-se uma tendência emergente em que pessoas e instituições “comuns” falam e pensam a respeito. Fazem isso permeando algoritmos com suposições, agendas e entendimentos que se relacionam com suas origens e sua vida cotidiana. A autora contesta a ideia de que

software e algoritmos operem isoladamente ou exerçam poder de forma unidirecional e reforça a ideia da produção de sociabilidade que ocorre sempre em relação a outros elementos.

A tecnicidade dos algoritmos é entendida por Bucher (2018b) como a capacidade que os algoritmos têm de fazer as coisas acontecerem sendo parte de um meio no qual as relações se constituem em coparticipação e isto diz respeito não tanto ao que são os objetos técnicos. Bucher (2018b) aproxima a compreensão ao pensamento de Foucault e relembra que o poder pertence precisamente ao seu exercício e força e como certas ações modificam outras.

As possibilidades de nossa relação com os algoritmos e a seleção de quais informações são consideradas mais relevantes é característica crucial de participação na vida pública (Gillespie, 2014). São os mecanismos de pesquisa para navegar em grandes bancos de dados de informações ou em toda a web, mapeamento de preferências para recomendação, sugerindo pedaços de cultura novos ou esquecidos. Algoritmos gerenciam nossas interações em sites de redes sociais, destacam as notícias de um amigo e excluem as de outro. Juntos, esses algoritmos, aponta Gillespie (2014), não apenas ajudam a encontrar informações, mas também fornecem um meio para saber o que há para saber e como saber, para participar do discurso social e político e nos familiarizar com os públicos dos quais participamos. E esta relação é cercada de paradoxos, como analisa o autor.

Os algoritmos nem sempre são sobre previsão exaustiva; às vezes eles são sobre a aproximação suficiente. Talvez tão importante quanto a vigilância dos usuários, sejam as conclusões que os provedores estão dispostos a tirar com base em relativamente pouca informação sobre eles. (Gillespie, 2014, p.174)⁵

Os algoritmos são, no entanto, mais do que ferramentas computacionais abstratas, defende, são construídos para incorporarem-se à prática do mundo vivido e se falharem perdem o significado.

Isso significa que devemos considerar não seu “efeito” nas pessoas, mas um “emaranhado” multidimensional entre algoritmos colocados em prática e as táticas sociais dos usuários que os adotam. Esse relacionamento é, obviamente, um alvo em movimento, porque os algoritmos mudam, e as populações de usuários e as atividades que eles encontram também mudam.” (Gillespie, 2014, p.183)⁶

No cruzamento da vivência da pandemia no cotidiano, ocorre este “aninhamento” nas práticas de informação do dia-a-dia, descrito já em 2014 pelo autor. Os usuários mol-

5 Tradução nossa do original “But algorithms are not always about exhaustive prediction; sometimes they are about sufficient approximation. Perhaps just as important as the surveillance of users are the conclusions providers are willing to draw based on relatively little information about them.”

6 Tradução nossa do original “This means we must consider not their “effect” on people, but a multidimensional “entanglement” between algorithms put into practice and the social tactics of users who take them up. This relationship is, of course, a moving target, because algorithms change, and the user populations and activities they encounter change as well.”

dam e rearticulam os algoritmos que encontram e os algoritmos interferem em como as pessoas buscam informações, percebem e pensam sobre os contornos do conhecimento e como se entendem no e através do discurso público. A pergunta de Gillespie (2014) traz provocações extras à reflexão, especialmente se conectada com os apontamentos de Logan (2019), de que os sujeitos passam a ser os dados: finalmente, quando os dados somos nós, o que devemos fazer com as associações que os algoritmos afirmam identificar sobre nós como sociedade – que não conhecemos, ou talvez não queremos saber?

Vigilância e cidadania na América Latina

Nesse jogo de pergunta e resposta com os algoritmos, rearticulação e táticas, alguns autores já haviam observado os paradoxos nos cruzamentos com o ciberespaço. Para avançar na reflexão aqui proposta e nos tensionamentos que entendemos podem ser observados, é preciso reconhecer que certas formas clássicas de cidadania foram desabilitadas pelo poder midiático (Canclini, 2019). Aos que cresceram na segunda metade do século XX, aponta o autor, o liberalismo ensinou que cidadania era algo que se tinha e se exercia por pertencer a uma comunidade que habitava um território. Nas últimas décadas deixaram de se repetir os golpes militares frequentes que cancelavam a vida democrática nos países latino-americanos, mas outros processos foram retirando convicção ao liberalismo político e sua visão da democracia, pensa Canclini (2019), para quem os responsáveis por governar, incapazes de assegurar os direitos, desativam a participação política que pode impugná-los

A participação social se expande e outras vezes é neutralizada com o avanço dos meios de comunicação. Quando a televisão se converteu em protagonista da comunicação, criou a videopolítica, os debates e a formação da opinião pública deixaram as praças e as ruas e foram para as telas. Assim, as regras do espetáculo televisivo reconstruíram o sentido da política, define Canclini (2019). O autor propõe, ao mesmo tempo, uma visão mais complexa dos pactos entre os meios, redes e novas ecologias socioculturais e a exploração de direções escondidas nas quais as indústrias culturais vem reconfigurando a cena pública, os procedimentos de interpelação e as interações habilitadas ou canceladas a audiências e usuários.

A modificação do comportamento dos públicos passa pela decepção com as burocracias estatais, partidárias e sindicais que procuram no rádio e na televisão o que as instituições não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção. Canclini (2019) relembra que no período pré-digital, nos estudos sobre rádio e televisão, foi comprovado que os meios geram agrupamentos de cidadania, como grupos de autoajuda, redes de radiouvintes ou associações de vizinhos. Na esteira da mediatização surge também o cidadão que monitora em uma nova cena de comunicação na qual nasce o que Canclini (2019) define como ciberutopismo. Podem acessar a informação sobre a gestão de seus governantes ou como se corrompem, conversando em redes sociais com outros cidadãos.

Ao mesmo tempo, os meios e as redes captam o descontentamento dos habitantes das cidades que não se resignam a viver em interações difusas e inapreensíveis. Rádio, televisão e internet – redes translocais – constroem relatos de localização, enquanto a expansão territorial das megacidades debilita a conexão entre suas partes. As redes de comunicação levam a informação e o entretenimento em domicílio:

la desordenada explosión hacia las periferias, que hace perder a los habitantes el sentido de los límites de “su” territorio, se compensa con informes de los medios, los mensajes de WhatsApp y la transmisión de servidores virtuales sobre lo que ocurre en sitios alejados de la urbe. (Canclini, 2019, p. 51)

Sarlo (2014) questiona a dissolução do território ou a desterritorialização da cidade em suas representações, a partir das quais sempre foi julgado possível uma relação entre a cidade real e a cidade representada. As imagens não buscavam sua abolição, mas seu conhecimento (mapas e cartas), sua crítica (teorias, relatos), sua melhoria (programas reformistas ou utopias). O que paira hoje sobre o território é outra cidade, “não uma SimCity de brinquedo, mas a otimistamente chamada praça pública telemática” (Sarlo, 2014, p. 205).

A cibercidade se sobreprime à cidade cabeada para a televisão ou serviços de telefonia, pensa Sarlo (2014), e à cidade de clusters celulares ou ondas de satélite. “Todo este conjunto forma uma cidade virtual sobre a cidade real, mesmo que a virtualidade seja sustentada pela infraestrutura material” (Sarlo, 2014, p. 205)” A autora aborda ainda a temporalidade da cidade real não como um fluxo ininterrupto, mas uma série de barreiras e obstáculos apesar dos quais o tempo transcorre. A cibercidade deslocaliza e realocaliza, parece protegida pela suspensão das regras que funcionam na cidade real, afirma Sarlo (2014), para quem o desenvolvimento urbano levou à complexificação dos espaços como um ecossistema em que convivem as cidades reais e as cidades imaginadas.

Na mesma linha de pensamento sugerida por Canclini (2019), Sarlo (2014) já criticava o que definia de celebração das “novas tecnologias libertadoras das constrições espaciais e temporais”. A autora observa que:

nas cidades latino-americanas, a desurbanização dentro da cidade não responde ao padrão europeu de um campo-dormitório considerado um ideal de vida num momento de ideologias ecologistas romântico-tardias, mas ao problema, mais real, da insegurança que aconselharia o uso telemático da cibercidade sobre a presença na cidade real. (Sarlo, 2014, p. 205)

Na relação com a cidade e os espaços públicos durante a pandemia da Covid-19, observa-se o que Sarlo (2014) aponta como uma liberação dos limites espaço temporais, que é contrária a ideia de cidade localizada, em que os limites não são simplesmente obstáculos, mas organizadores de lugares e atividades. É possível até mesmo a transgressão como prática de uso urbano, pois os limites definem zonas da cidade. Na pers-

pectiva clássica, relembra a autora, o limite entre o privado e o público não é simplesmente uma produção ideológica, mas necessita de uma materialidade que o sustente.

Comunicação, sociabilidade, vigilância e cidadania são os eixos escolhidos por Paiva, Castro & Oliveira (2020) que discutem as condições da vida nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo durante a pandemia. Para as autoras, as imagens insólitas largamente distribuídas pelas redes sociais on-line mascararam outra realidade tornada invisível justamente por nunca ter merecido o foco da atenção. Quando a cidade se esvazia, aparece a população que tem na rua o seu espaço de sustento e moradia.

De um lado, seriam excluídos dos mecanismos de cidadania todos aqueles que não tivessem acesso ou habilidade no uso desses dispositivos. De outro lado, os incluídos no sistema de vigilância estariam sob o jugo de uma soberania tecnológica com desenho opaco e altamente autoritário. (Paiva, Castro & Oliveira, 2020, p. 839)

Ao descrever fases históricas, cruzamentos das estratégias de vigilância e sua relação com as transformações tecnológicas da comunicação, também se evidencia o contínuo jogo entre excluídos e incluídos, a exemplo do que pensa Foucault (2014). Na pandemia, surgem as realidades mascaradas pelas outras cidades narradas até então. A crise sanitária da Covid-19 tornou excluídos os que vivem nas ruas, os velhos e tantos cujas condições se mostraram frágeis no contexto. Em tempos extremos e, em algumas circunstâncias, estes momentos parecem ter permanência, escancaram os que vivem no exílio, na prisão e na exclusão.

Considerações sobre os paradoxos

Proteção e vigilância caminham juntas no contexto da informação, especialmente se exercidas em momentos extremos como uma crise sanitária. Neste texto, a partir da descrição de possibilidades tecnológicas de rastreamento e vigilância, da circulação nas cidades, oferecidas como inovadoras pelas empresas Google e Apple, durante a pandemia da Covid-19, vivida especialmente em 2020, buscou-se localizar e analisar aspectos paradoxais. Para reflexão, foram recuperadas teorias clássicas sobre vigilância, importantes neste contexto, e mais ainda se relacionadas às discussões sobre as transformações tecnológicas e o abastecimento permanente de dados por partes dos usuários. Partiu-se do princípio que as transformações e inovações, oferecidas pela indústria e apropriadas pelos usuários, que percebem no rastreamento uma forma de proteção, são um fenômeno que acaba por atualizar as estratégias de vigilância numa relação intensa com a tecnologia. Ao longo da reflexão, observou também que, ao examinar o ambiente urbano no qual este rastreamento acontece, localizam-se outras variáveis e definem especificidades envolvendo as cidades no contexto da América Latina.

Com isso, articulam-se desafios que se impõe às investigações em comunicação como a oferta, uso e permanência de métodos de rastreamento, dos quais, em certa medida, todos participam e vigiam. A pandemia acabou por criar e legitimar um ecos-

sistema de vigilância, que tem a comunicação em sua essência, a partir de um domínio, sem o uso de violência, mas com um adestramento de comportamentos. Todos vigiam e tem consciência de que estão sendo vigiados. Constrói-se uma nova hierarquia, desordenada, mas que tem nas muitas empresas que acompanham e organizam estes bancos de dados um certo comando. A transparência sobre o controle destas informações não é visível para grande parte da sociedade, mas observa-se uma sanção que acaba por normalizar o processo e gratificar os sujeitos com proteção e, paradoxalmente, grande visibilidade. Ver e ser visto é parte do jogo sanção-gratificação, pelos múltiplos canais que assume o jogo do olhar.

O conhecimento produzido sobre os que são vigiados é um dos grandes trunfos daqueles que rastreiam e armazenam informações. Trata-se de um domínio, sem violência, sobre os corpos. Em uma crise sanitária, como a pandemia da Covid-19, todos ficaram presos ao lugar, sob o risco do contágio ou da punição. Mesmo aqueles que circularam, carregaram consigo a noção da vigilância. Os contaminados viveram um misto de exílio e prisão, numa mescla da vida histórica nas cidades em tempos de peste e acabaram por provar que é possível exercer o poder disciplinar. Não entramos aqui em questões como desinformação e as discussões em redes sociais sobre eficácia de modelos de proteção sanitária, que no mesmo ecossistema, alimentam aspectos de vigilância. O propósito é discutir a partir do rastreamento de circulação e relacionar ao constante abastecimento de dados por parte do usuário. Moldando e rearticulando algoritmos, as pessoas buscaram informações, comunicaram-se, circularam e existiram socialmente durante a pandemia. Neste ambiente, perceberam-se através do discurso público.

Presos aos seus lugares, sujeitos viveram juntos, individualidades separadas, a exemplo do conceito arquitetônico do panóptico, em vigilância contínua. Mas neste conjunto de variáveis, também estão as táticas sociais dos usuários, dos encontros rastreados que ocorrem em movimento e mudança. O panóptico descrito por Foucault (2014) torna-se móvel e constantemente retroalimentado. Com isso, rompem-se os limites de produção de conhecimento sobre os sujeitos e entrega de dados.

Outra variável que se soma ao processo, quando analisados os paradoxos entre proteção e vigilância, a partir do rastreamento de circulação, é a condição do ambiente físico onde os corpos circulam: os espaços urbanos. E, como pensa Sarlo (2014), o limite entre o privado e o público não é uma produção ideológica, mas precisa de materialidade que se sustente. Assim, é nas cidades que este fenômeno até aqui analisado acontece. E, neste sentido, devem ser consideradas as especificidades latino-americanas. Um dos fatores que leva os usuários a encontrarem, historicamente, na mídia as suas respostas, é exatamente a decepção com os governantes e representantes do Estado. Canclini (2019) reforça a decepção com burocracias estatais, partidárias e sindicais e que levam à procura no rádio e na televisão o que as instituições não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção.

Na América Latina, numa dimensão diferente do cenário europeu, por exemplo, a expansão territorial das megacidades debilita a conexão entre suas partes. A comuni-

cação constrói relatos de localização, leva informação e entretenimento em domicílio, mas especialmente proporciona um sentido dos limites de seu território. Neste contexto, repleto de paradoxos, dissolve territórios ou a desterritorializa a cidade em suas representações. As empresas permitem os agrupamentos por interesses ao mesmo tempo em que vigiam, sem deixar marcas. Os cidadãos monitoram e se tornam coniventes, retroalimentando o sistema. Não podem ser esquecidos os excluídos dos mecanismos de cidadania por não terem acesso ou habilidade no uso de dispositivos.

Reconhecendo que proteção e vigilância andam juntas e que a comunicação é parte, sociabilidade e cidadania devem ser incluídas nas reflexões. Diante de um Estado que responde cada vez menos, é nas empresas que os sujeitos buscarão proteção, transformando-se nos próprios dados em circulação e armazenamento. O poder público decepciona e neste vácuo as pessoas entregam-se à gratificação-sanção das estruturas de vigilância. Na situação específica da América Latina, o desafio que se impõe às investigações em comunicação, a partir das possibilidades de rastreamento oferecidas pelas empresas, é como usar esta potência na direção de soluções. Os riscos convivem com os benefícios é fundamental reconhecer a dualidade desta vigilância protetora, da qual todos participam.

Referências

- Barrichello, E. & Moreira, E. (2015). *A análise da vigilância de Foucault e sua aplicação na sociedade contemporânea: estudo de aspectos da vigilância e sua relação com as novas tecnologias de comunicação*. Porto Alegre: Intexto, UFRGS, n. 33, p. 64-75. Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/50075>
- Bruno, F. (2006). *Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas*. Revista Fronteiras – estudos midiáticos VIII (2): 152-159, maio/agosto. Recuperado de: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6129>
- Bucher, T. (2018a). *Algoritmos como um devir: uma entrevista com Taina Bucher*. Entrevistador: Carlos d’Andréa e Amanda Jurno. [S. l.: s. n.] Recuperado de: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/723>
- Bucher, T. (2018b). *If... Then: Algorithmic Power and Politics*. [S. l.]: Oxford: University Press.
- Canclini, N. G. (2019). *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Guadalajara: Calas.
- Deuze, M. (2012). *Media life*. Cambridge: Polity Press.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gillespie, T. (2014). *The Relevance of Algorithms*. In: *Media Technologies: Essays on Communication, Materiality, and Society*. DOI:10.7551/mitpress/9780262525374.003.0009
- Logan, R. K. (2019). *Understanding Humans: The Extensions of Digital Media*. Information, 10(10), 304. MDPI AG. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.3390/info10100304>
- Paiva, R.; Castro, G. G.S.; Oliveira, A.L. de. (2020). *Cidades na pandemia – São Paulo e Rio de Janeiro: comunicação, sociabilidade, vigilância e cidadania*. Reciiis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. out.-dez.,14(4):832-42 | DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i4.2139>
- Sarlo, B. (2014). *A cidade vista: mercadorias e cultura urbana*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Scolari, C. (2018). *Las leyes de la interfaz: Diseño, ecología, evolución, tecnología*. Barcelona: Gedisa.
- Scolari, C. (2020). *Entrevista “Los nuevos, nuevos objetos” y la materialidad de la investigación de la cultura digital en América Latina*. En: Hidalgo Toledo, Jorge, Cunha, Márgda Rodrigues da, & Barredo Ibáñez, Daniel. *Teorias e epistemologias da comunicação digital na América Latina*. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, 19(34): (pp.174-180). Recuperado de: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/648>